

DESESTRUTURAÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE FAXINAIS EM RIO AZUL (PR) - 1970-2011: FUMO, 'GAÚCHOS' E TERRANIAS¹.

Autores: Ancelmo Schörner*

José Adilçom Campigoto*

Resumo: Esta comunicação apresenta ideias que estamos desenvolvendo em pesquisas a respeito da história dos faxinais de Rio Azul (PR). Chama-se Faxinal a um modo de ocupação das terras, em comum, para a criação de animais, existente na região sul do Brasil, e que se tem qualificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais. De nossas pesquisas a esse respeito resultou o projeto “Os processos de desagregação dos Faxinais Porto Soares, Rio Azul dos Soares e Rio Azul de Cima (Rio Azul/PR): 1970-2011: terra, território e territorialidade, aprovado na Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014. Estes faxinais, desde os anos 1970, vêm sofrendo modificações a ponto de alguns deles perderem características importantes do seu território, aqui entendido como mediação espacial das relações do poder em suas múltiplas escalas e dimensões. Essa transformação “começa” com as cercas, elementos vitais para a sua manutenção, tendo em comum a presença da atividade fumageira, a chegada de migrantes, genericamente denominados de gaúchos, e problemas internos, como os fechos individuais. A plantação de fumo leva a adaptações na cultura faxinalense, influenciando inclusive no sagrado (diminuição das rezas comunitárias), e dos mutirões, pois o trabalho com fumo consome o “tempo da ajuda” e por isso ela “não volta”, que dizer, se alguém precisa de ajuda não a terá. O fumo, contudo, não leva a tais modificações, pois se somam a ele outros antagonistas, tais como os “fazendeiros” e “agricultores” (faxinalenses capitalizados donos de ‘terranias’ no criador comum), que plantam soja, fumo e eucalipto, os madeireiros e os chacareiros.

Palavras-chave: Faxinais, Território, História, Conflitos, Terrania.

Introdução

Desde 2010 viemos estudando as modificações e permanências ocorridas em alguns faxinais situados no Município de Rio Azul-PR (Porto Soares, também conhecido como Faxinal Santa Cruz, Rio Azul dos Soares, Invernada, Rio Azul de Cima, São João da Palmeirinha, Faxinal São Pedro, Faxinal dos Paula, Cachoeira dos Paulistas e Braço do Potinga). Os faxinais do Paraná são um sistema de organização camponesa em conflito com implantação da propriedade privada de uso individual, a ponto de alguns deles desaparecerem, modificando completamente o quadro de utilização e ocupação do território. Num primeiro momento temos uma situação de

¹ Pesquisa com financiamento do CNPQ através da chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014.

* Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati; ancelmo.schorner13@gmail.com

* Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati; jacampigoto@gmail.com

conflito provocada por um conjunto de antagonistas, como os fazendeiros, chacareiros, migrantes catarinenses, mineradoras, plantadores de pinus, eucaliptos e soja. Num segundo momento, ocorre sua desativação, que é quando o faxinal deixa de funcionar com pelo menos duas de suas principais características: as terras de plantar e as terras de criar.

Esses conflitos (destruição de porteiras, de mata-burros, cercos em área de criador comum, matança de animais, envenenamento de aguadas, ameaças a moradores) levaram à passagem do que chamamos de uma ‘sociabilidade das cercas’ para ‘um regime de cercados’. A ‘sociologia das cercas’ é um conjunto de normas de organização internas ao faxinal e que se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações válidos para todos os moradores e que englobam o caráter coletivo e democrático das decisões, as convenções sobre as cercas de lei, a propriedade das cercas e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos provocados pelas criações soltas (CHANG, 1988, p. 42), e sua tipologia contempla as cercas de lei (cercas de vão cheio com 7 palmos de altura, com tranqueiras ou palanques amarrados com arames; cercas de meio vão, com dois fios de arame farpado por cima; cercas de paus verticais com 8 palmos de altura; valos com 2 metros de largura por 2 metros de fundo; e cercas de arame farpado com no mínimo 8 fios 7 palmos de altura) (CHANG, 1988, p. 43).

Em relação ao ‘regime de cercas’ (MARIN, 2009, p. 215), sua principal característica é a apropriação individual de recursos naturais (bebedouros, nascentes) e a presença de um proprietário, e sua tipologia contempla cercas elétricas, cercas com palanques de pinus tratado e com 8 ou 10 fios de arame, seja farpado ou liso, cercas com palanques de cimento com até 10 fios de arame (essas, geralmente, cercam grandes plantações de soja).

A partir disso, uma série de conflitos surge ou ganha novos contornos. Os principais conflitos se dão em relação à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como as de fumo, o que implica um conjunto de ações e atitudes violentas contra os faxinalenses e seus bens, tais como: ameaça contra lideranças, danos, matança e roubo de criação animal, violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões, bem como conflitos de acesso e uso de recursos naturais, como interdição de espaços de circulação de animais, desmatamento e contaminação ou destruição de nascentes.

No lugar do criadouro comum e das matas típicas do faxinal (erva-mate, pinheiro, canela, guaçatunga, guabiroba, imbuia, ingazeiro, marmeleiro, louro, sapopema, miguel-pintado e araçá) vão surgindo grandes lavouras de milho, fumo e soja, e as plantações de eucalipto e pinus. No lugar das antigas cercas de ‘frechame’² de 60, 70 lances (cada lance pode ter entre 2,5 e 3 metros de extensão), foram aparecendo cercas de arame farpado de 4 fios e, mais recentemente, as cercas elétricas (as cercas de choque). Os mata-burros deixaram de fazer sentido e em seu lugar temos as porteiras, que pode ser considerada um símbolo da propriedade privada da terra. Hoje não se vê mais animais à solta, presos que estão em mangueirões, poteiros ou chiqueiros.

Assim, ao longo desses últimos anos, os faxinalenses produziram, e produzem, um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social, como nos três casos a serem analisados.

A luta pela apropriação social da natureza não consiste na disputa por espaço meramente físico, livre de qualquer sentido.

O conflito se estabelece em torno de espaços preenchidos por diferentes significações culturais, ou seja, em torno de *territórios*. O emprego do conceito de território pretende enfatizar que o objeto de análise exige investigar menos a relação sociedade-natureza, sendo esta pensada como uma apropriação de um sujeito exterior sobre uma parcela de matéria transformada em valor de uso, e mais a relação sociedade-sociedade, interrogando especificamente os conflitos decorrentes da produção de sentidos sociais concorrentes (Teixeira, 2011, p. 129, grifo no original).

Esses processos engendram embates travados em dois espaços de poder: o espaço social, caracterizado pela distribuição diferencial dos capitais entre os agentes, conformando, assim, um conjunto de posições estruturadas; e o espaço simbólico, no qual se confrontam representações, ideias e discursos que procuram reproduzir ou transformar a configuração das posições objetivas no espaço social (Teixeira, 2011, p. 128).

As dinâmicas políticas e culturais desencadeadas a partir dos conflitos com seus antagonistas produzem novos significados para os territórios e para os grupos que os habitam. Os faxinalenses, diante da possibilidade de usurpação de suas terras, atualizam e fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de

2 Pedacos de madeira trançados de forma a formar uma cerca.

uma identidade política, de resgate e recriação de sua memória. Ao longo desse confronto, o próprio sentido de “faxinalense” é mobilizado e atualizado, “representando uma esfera coletiva de existência através do esforço conjunto de defesa, uso, ocupação, manutenção e identificação com o seu território” (Teixeira, 2011, p. 130). Assim, parte-se do princípio de que o território como mediação espacial das relações do poder em suas múltiplas escalas e dimensões se define por um jogo ambivalente e contraditório entre desigualdades sociais e diferenças culturais, se realizando de maneira concreta e simbólica, sendo, ao mesmo tempo, vivido, concebido e representado de maneira funcional e/ou expressiva pelos indivíduos ou grupos.

Breves palavras a respeito dos Faxinais.

O faxinal é um modo de utilização das terras em comum existente no Sul do Brasil, notadamente no Paraná. Ele constitui-se como acontecimento singular por causa de sua forma organizacional, onde o caráter coletivo se expressa na forma de criadouro comum (terras de criar) e terras de plantar, o que vale inclusive para pessoas que não são as proprietárias legais da terra.

Afirma-se que essa forma de organização da vida no campo chegou a ser predominante em cerca de um quinto do território paranaense, mas atualmente há um número muito reduzido de municípios que ainda possuem faxinais ativos. Entre eles “estão Prudentópolis, Irati, Turvo, Pinhão, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Ponta Grossa, Ipiranga, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Mandirituba e Quitandinha” (MARQUES, 2004, p. 10ss).

Conforme o Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná, apenas 44 Faxinais mantém sua organização social típica e a paisagem de matas de araucária; 56 estão desativados, mas preservam a paisagem de florestas nativas; 52 estão extintos, uma vez que perderam totalmente suas características originais. Estes números pertencem a uma trama que envolve a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Temos, a partir disso, um conjunto de enunciados sobre a ruína, o desmantelamento e a desagregação dos faxinais. Tal discurso sustenta-se em afirmações que fazem sentido, mas que geralmente não são referenciadas. Trata-se de ditos mais ou

menos comuns tais como aquele de que, “antigamente, cerca de um quinto do território estadual era ocupado em sistema de faxinal”. Contudo, com advento de novas formas organizativas, que incorporaram inúmeras reivindicações de direitos territoriais, tem sido possível aos faxinalenses criar um movimento social próprio, denominado APF (Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses) e construir em bases mais sólidas sua identidade coletiva. Em virtude disto as estimativas têm variado sensivelmente e apresentado uma tendência ascensional. Hoje, de acordo Souza (2009, p. 30, 67 e 120), eles somam 227 e estão classificados nas posições 1 (faxinal uso comum – “criador comum aberto”); 2 (faxinal uso comum – “criador comum cercado”); 3 (faxinal uso comum restrito – “criador com criação grossa/alta”); e 4 (faxinal sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”).

No município de Rio Azul são sete as localidades (Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mellos, Taquari, Invernada, Porto Soares, Rio Azul dos Soares e Vila Nova) que foram mapeadas³ pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses como faxinais, sejam em atividade e funcionado com pelo menos duas de suas características básicas: as terras de criar e as terras de plantar, ou que já estão desativados. Nesses faxinais vivem 496 famílias em constantes confrontos com o agronegócio e o poder público, além de conflitos internos. Os principais pontos de tensão dizem respeito à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como as de fumo.

As abordagens consideradas clássicas acerca de sua gênese e desagregação, que entraram em voga nos anos 1980, partem de uma lógica evolucionista, ou seja, buscam determinar as origens dos faxinais e as causas que levam, segundo tais autores, “ao seu inevitável desmantelamento”. Entre os principais expoentes destas abordagens temos Chang (1985) e Carvalho (1984).

Segundo eles, a instituição de formas mais modernas de agricultura de forma contínua e irreversível seria a principal causa de desmantelamento de muitos faxinais, que segundo Carvalho, estariam fadados ao desaparecimento por completo caso não fossem tomadas medidas para reverter a situação. O que se pode perceber na obra deste autor é que as categorias analíticas usadas para interpretar o faxinal levam em conta principalmente os aspectos econômicos e fundiários, descrevendo-os desde sua

³ Contudo, há uma série de Faxinais que não foram mapeados e que estão em alguma das 4 caracterizações feitas por Souza (2009). São eles: Palmeirinha, Rio Azul de Cima, Faxinal dos Paula, Marumbi dos Elias, Braço do Potinga, Faxinal dos Lima, Faxinal São Pedro e Cachoeira dos Paulistas.

gênese, passando pela consolidação e chegando à sua eminente desagregação, como produtos de forças externas.

A obra de Chang (1988) se tornou uma das principais referências sobre o assunto, apesar de apresentar certos limites interpretativos e de colocar os faxinais como “sistema produtivo” e inseri-los nos ciclos econômicos paranaenses, isto é, como algo que tem início, meio e fim. Uma das preocupações desta autora foi a de investigar o processo de sua formação de modo a buscar uma origem para os mesmos. No que diz respeito a este aspecto ela afirma que:

(...) o surgimento e a consolidação do sistema faxinal estão intimamente ligados à economia ervateira, a qual foi o principal responsável em conferir ao sistema o caráter coletivo, consubstanciada sob a forma de criadouro comum (CHANG, 1988).

A autora pauta suas análises nos chamados ciclos econômicos que marcaram a história paranaense, relacionando-os as fases de formação, consolidação e desagregação dos Faxinais. Para Souza (2009, p. 43) o trabalho de Chang possui uma abordagem teórica muito semelhante à utilizada por Carvalho, pois ela se pauta:

(...) sua discussão sobre os faxinais numa perspectiva histórica em conformidade com as etapas de um desenvolvimento linear, evolutivo e contínuo, onde tal modalidade tradicional de “uso coletivo da terra” constitui-se e desagrega-se gradativamente, sempre tendendo a fragmentar-se, de modo descendente. Porquanto, seu esquema analítico abrange as transformações na economia paranaense buscando sua “origem”, assim como, as razões de seu “término”, correlacionando às fases deste sistema – gênese, consolidação e desagregação – aos ciclos econômicos predominantes no Paraná. (...). Por outro lado, o sentido invariável dado especialmente ao processo de “desagregação” é usado pela autora para explicar a dinâmica do “desmantelamento” do “sistema faxinal”, consoante as distintas fases do desenvolvimento da agricultura no Estado.

Ao pesquisar os faxinais, Chang (1988, p. 109, grifo nosso) aponta para um processo de desagregação dos mesmos afirmando que, “**finalmente** (...) dentro de 10 a 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural do Paraná, e sim será lembrado, talvez, como parte da história da agricultura deste Estado.

A extinção prevista por Chang seria consequência do avanço tecnológico da agricultura moderna bem como da crescente apropriação individual dos recursos legitimada através do poder público. Contudo, levando em conta esses números e pesquisas que viemos desenvolvendo em diversos faxinais de Rio Azul, Irati, Rebouças

e Prudentópolis, podemos dizer que esse processo não ocorre dessa forma e que também não ocorre em todos os faxinais da mesma maneira.

Vários casos (Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Invernada, Rio Azul de Cima, São João da Palmeirinha, Faxinal São Pedro, Faxinal dos Paula, Cachoeira dos Paulistas e Braço do Potinga) evidenciam isso. Além do mais, mostram que nem todo o contato com outra forma de agricultura implica a extinção dos faxinais, haja vista que no Faxinal Rio Azul de Cima, por exemplo, desde 1979 cinco famílias optaram por manter o criador comum e as áreas de plantar “nos moldes de antigamente”, conforme expressão utilizada por Dona Lídia Duda, em conversa com os autores em 17/05/2014.

Pode-se dizer que a fumiicultura desestrutura a cultura faxinalense, influenciando o sagrado e as relações comunitárias, tais como os mutirões. Afirmamos, no entanto, não ser tal aspecto suficiente para levar ao fim do criador comum. Assim, havemos que considerar outras questões. No faxinal São Pedro, por exemplo, soma-se à fumiicultura o fato de que, em 1975, houve a compra de uma extensa “terrânia”⁴ situada no interior do criadouro comum. O comprador, João Kava, começou os trabalhos de “piqueteamento”⁵ das terras. Terras que passam a ser plantadas “na técnica”, diminuindo a área do criadouro comum que foi desativado no início da década de 1980. No faxinal da Invernada, em 1981, a madeireira Essel comprou uma “terrânia” interior ao criadouro comum. Esta foi cercada com quatro fios de arame farpado e iniciou-se o desmatamento, que foi seguido de reflorestamento da área com o plantio de mudas de pinus. A madeireira contratava faxinalenses para os serviços de piqueteamento, de limpeza da área e de plantio, levando muitos deles a defender a extinção do faxinal. A tese era de que uma vez persistisse o antigo sistema, não haveria novos empregos. No faxinal São João da Palmeirinha o desmonte iniciou no final dos anos 1970, quando uma família de migrantes catarinenses comprou certa área de terra para plantar soja, com a utilização de máquinas agrícolas ‘modernas’.⁶ Poderíamos chamar de modernas a maquinaria planejada ao aumento da produtividade, mas o que dizer dos tratores que agregaram sofisticados sistema de som às suas cabines. Assim, frente a tal complexidade, não podemos comprovar a tese de que tais compras sejam a causa das mudanças ocorridas no sistema de faxinais.

4 Expressão utilizada em alguns faxinais para se referir a uma grande quantidade terras nas quais se planta soja com a utilização de maquinários agrícolas.

5 Dividir as terras em piquetes.

6 Informações fornecidas por Rosenaldo de Carvalho ao autor em 04/07/2015.

A fumicultura no Faxinal São João da Palmeirinha.

Jaciel Martins e Acibaldo Martins⁷ dizem que os primeiros agricultores a plantar fumo em Rio Azul, no Faxinal São João da Palmeirinha, em 1958, foram Gabriel Rymiscza, José Kruk, Bepe Zem, José Dusanoski, Antonio Dusanoski e João Veretki. De acordo com Jaciel, o sogro dele, chamado

Gabriel Rymiscza fez o primeiro contrato com a Souza Cruz. Eles passaram aqui. Com certeza vieram de trem. Nem sei como eles chegaram. Acharam o sogro na cidade e conversaram com ele, daí foram na casa dele e acabaram fazendo o primeiro contrato... Daí, já entrou junto José Kruk, tio Bepe Zem, vizinho nosso colocou estufa. José Dusanoski, Antonio Dusanoski e João Veretki. Daí, começou a fumicultura em Rio Azul, em 1958.

As lembranças construídas por Jaciel e Acibaldo insinuam certo desconhecimento quanto aos interesses da empresa propondo que plantassem tabaco. Dizem que não sabiam como e porque a Companhia tinha interesse a ponto de propor que implantassem tal lavoura, ao invés de permanecerem ou desenvolver novas tecnologias para as culturas de milho, de feijão e de arroz. Carvalho, (2015, p. 100) diz que “... Era muito estranho, para eles, ter que plantar vinte e cinco mil pés de fumo, mas as promessas de grandes lucros os seduziram”. A tese defendida pelo autor faz sentido, mas os motivos que levaram à mudança de hábito podem não ser tão simples quanto parecem. Agregue-se o dado de que não é a fala de Jaciel, nem mesmo a de Acibaldo que sustentam a tese da sedução imposta pelas promessas da empresa fumageira.

Pressupomos existir um conjunto de fatores altamente complexos e interligados, cooperando até resultar na situação de que a fumicultura fosse integrada ao característico sistema de faxinais. Aponta-se, por exemplo, o boom do consumo de cigarros do final do século XIX, em todo o mundo, principalmente nos EUA. Como dizem BOEIRA e GUIVANT, (2003, p.46)

A indústria de cigarros afirma-se a partir do final do século 19, sendo o setor dominado desde esse período pelas multinacionais estadunidenses e britânicas. Entre 1904 e 1947, as indústrias de tabaco dos EUA crescem tão ou mais rapidamente que as de carros, lançando marcas populares de cigarros. O consumo interno cresce tanto que nenhuma firma se interessa por exportações. No Brasil, o chamado “sistema integrado de produção de fumo” foi criado pela British

⁷ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 20 de junho de 2014.

American Tobacco – BAT – controladora acionária da Souza Cruz desde 1914; em 1918, na Região Sul. A BAT se torna, ao final da Segunda Guerra Mundial, a maior fabricante de cigarros do mundo, expandindo-se principalmente na China.

Com diz Rosenaldo, “entre esses cigarros estavam os de fumos claros, produzidos em grande escala no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Com esse aumento do consumo e da demanda as áreas produtoras precisavam se expandir.

Um dos entrevistados do autor, José Ludovich,⁸ explicou que a região dos faxinais foi escolhida porque

O que a empresa precisava era de gente com vontade de trabalhar (...) isso tinha em muitos lugares (...) de ter ido para essa região se explica por ser mais perto da matriz lá no Rio Grande, uma questão de logística, e a outra era a questão agrônômica, pois os solos eram excelentes (...) bem parecidos com os do Rio Grande e Santa Catarina. (...) o perfil dos colonos era o mesmo dos do Rio Grande, e a Souza Cruz achou que dava certo.

Para Carvalho (2015, p. 100) os faxinais tinham um modo de vida com poucas ligações com o capitalismo mais abrangente (distanciamento, poucos recursos e uma cultura de subsistência). Diz que a cultura do fumo vinha romper com tudo isso, haja vista que o fumo teria que ser comercializado há quilômetros de distância, traria dinheiro, além de exigir cuidados em tempo integral, dificultando as culturas de subsistência. Como bem lembra, apesar disso, até os nos de 1990, fumo e policulturas de subsistência coexistiram nos faxinais. Mas é bom lembrar que a distância em relação aos pontos de comercialização não seria menor, pelo menos comparativamente, no que diz respeito às rotas de tropeiros, aos transportes de erva mate e até mesmo ao comércio de madeira.

Como dizem Campigoto, Schorner e Novac, (2012, s/p.) o faxinalense Basilio Gaiocha, morador do Itapara, fala que tropeava “ *Porco a 'pezito' daqui, até Guarapuava. Tudo de pancada, atrás de mim, levando um cobertorzinho nas costas, duas espigas de milho, uma merenda. Dormia onde quer, em cima da tábua; e, no outro dia, a 'pezito', vinha; e era animado.*”

Rosenaldo sustenta tese de que, aqueles que se aventuraram investir no plantio do fumo desejavam um pouco mais de tranquilidade econômica, e essa era a

⁸ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 26 de junho de 2014. José Ludovich era o instrutor que realizava os pedidos e financiamentos das primeiras estufas no Faxinal São João da Palmeirinha.

promessa mais tentadora do fumo. O autor baseia-se no excerto da entrevista concedida por Arnaldo Rossa.⁹ O ex-faxinalense contou a seguinte história:

Olha, quando o instrutor chamou o pai pra fazer o pedido (...) porque nós não tínhamos terreno, então era plantado de meeiro, era aqui na Palmeirinha. (...) eu fui junto porque era o mais velho. O Picareta¹⁰, encheu de conversa, trouxe fotos de gente, família, disse de Santa Catarina que plantaram fumo e ficaram bem de vida. Até carro tinham. (...) Nós naquela esperança do começo. E nos primeiros anos até que melhorou bastante (...). Deu para comprar carroça, pagar os financiamentos. (...) Mas sempre continuamos plantando as lavouras para comer.

Na visão proposta por Rosenaldo, plantar fumo para os faxinalenses significou ter mais dinheiro disponível para as despesas da casa e para a compra das ferramentas, que haviam aumentado depois de começaram a plantar fumo. Delfino de Oliveira¹¹ disse o mesmo. Começou a plantar em 1959, numa estufa tocada em porcentagem com sua vizinha Marculina.

Plantar fumo por quê? Pois não tinha mais o que fazer. Os filhos grandes queriam as coisas. Erva não dava mais nada. Coisa miúda também não. Porco? Bastante a gente não podia criar, pois não tinha terra pra plantar bastante milho e faze a engorda. Outros serviços? Não dava muita coisa. (...) Olha... Eu trabalhei na pedreira muito tempo, mas o serviço era pesado e dava pouco. (...) Daí, quando a Marculina me propôs a estufa eu topei. Dizia que dava dinheiro, e dava mesmo (...). As coisas melhoraram e, dentro de pouco tempo, os [filhos] mais velhos se casaram e eles foram plantar fumo. No que estão até hoje.

A explicação para o que levou Delfino de Oliveira a plantar fumo é a vontade de ver os filhos alegres, os mais jovens satisfeitos e talvez, evitar que não migrassem. Isso era o que havia ocorrido Mariano Romanovich¹² que fora embora junto com seu irmão José para Curitiba trabalhar nas madeireiras. O entrevistado diz que

Não tinha o que fazer. O pai não quis plantar fumo. Foi cuidar do moinho. Morreu lá e nós sem terreno sem nada. Sem dinheiro para pagar uma gasosa paras moça nos chimango.¹³ Minha irmã já morava

9 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 10 de julho de 2014.

10 Picareta era o apelido do senhor José Ludovich, o instrutor que realizava os pedidos e financiamentos das primeiras estufas.

11 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 10 de julho de 2014.

12 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de julho de 2014.

13 Chimango era um momento dos bailes e fandangos que em dado momento eram as moças que convidavam os rapazes para dançar e esses, em sinal de agradecimento, pagavam uma gasosa. Essa prática era comum em dois

lá. [em Curitiba] Daí, nós fomos trabalhar para ganhar uns trocos (...). Mas não nos acostumamos. Só fiquei dois anos e voltei, casei e comecei a plantar fumo.

De acordo com os relatos, plantar fumo significou a entrada de capital inusitado para os faxinalenses, até mesmo para aqueles que viviam uma situação financeira mais estável tal como a família de Edgard Germano Goebel¹⁴ morador da cidade de Imbituva. Mesmo possuindo terrenos para plantar grandes lavouras segundo os padrões locais, embora sendo vendedor de porcos em quantidades consideráveis, afirma que o fumo em pequenas quantidades gerava mais lucros que tudo.

Edgard afirmou o seguinte na entrevista que concedeu a Rosenaldo:

Aqui começou o plantio em 1965. O pai dizia que fumo nas terras dele nunca iria ser plantado. Quando ele deixou (permitiu) eu coloquei uma estufa, para a Souza Cruz... Para 25.000 mil pés (de fumo). Um pedacinho bem pequeno nos treze alqueires do pai. Dava dez vezes mais dinheiro do que o resto das coisas que ele fazia, em muito mais terras.

A fumicultura como empreendimento particular parecia uma alternativa econômica viável a alguns faxinalenses, mas nem todos podiam adotá-la. Sem a quantidade de terras suficientes restava como opção trabalhar no sistema meeiro. Eram os casos de Delfino de Oliveira e de Arnaldo Rossá. Eles começaram a plantar tabaco em 1959 e em 1963, respectivamente. A terra era insuficiente, e, além disso, para ser aceito pela fumageira como proponente de um pedido¹⁵ de 25.000 pés era necessário que a família fosse composta por pelo menos seis membros adultos. O financiamento era feito para três anos e o dinheiro deveria ser aplicado, exclusivamente, na compra de materiais de construção e do encanamento necessário para o funcionamento da estufa. A madeira a ser utilizada era de responsabilidade do plantador, considerada como contrapartida. Jaciel e de Acibaldo Martins relataram o seguinte:

O tio Bepe fez o pedido. Depois veio o pedreiro e acharam o lugar; e depois que chegou os materiais. O pedreiro fez até uma altura... daí desistiu. E é incrível... Eu tinha dois três anos e me lembro do tio Bepe terminando aquela estufa. Era uma novidade tão grande (...). Nós íamos lá ajudar e querendo plantar (...) mas a avó e o pai resistiram o quanto puderam (...).

momentos: podia ser para se arranjar os namoros e casamentos, ou quando era baile da escola podia servir para dar mais lucro ao botequim do evento, sem deixar de servir ao primeiro motivo.

14 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de junho de 2014.

15 Proposta de plantio com empréstimo de dinheiro para compra de material necessário para implantação da estufa.

A novidade era a passagem de um sistema a outro. Do sistema de faxinal para a de propriedade integrada ao complexo agroindustrial. Os agentes da fumageira, na época conhecidos como instrutores, “davam aulas para os faxinalenses aprender a plantar fumo.”¹⁶ Conforme Jaciel e Acibaldo Martins, o instrutor

No primeiro ano ajudou a fazer os canteiros, a preparar os canteiros. Desde reunir a terra, passar o veneno, semear, podar as mudas (...). Plantar? Foi ele. Cortar a flor foi ele. Colher o baixeiro, fazer o fogo (...) montar os canos? Tudo, tudo foi ele que fez por primeiro... E mostrou como fazia.

Conforme a entrevista, o orientador era muito respeitado nas tarefas de medir a terra antes de plantar e contar as plantas de fumo após o plantio na área definitiva. Caso a plantação ultrapassasse a quantia discriminada no contrato o excedente teria que ser arrancado e por conta do agricultor, pois esse era o limite por estufa.

Os entrevistados de Rosenaldo narraram que, no início as dificuldades foram grandes, principalmente, os problemas relativos à utilização dos defensivos agrícolas, dos agrotóxicos e dos fertilizantes, elementos até então estranhos ao universo faxinalense. Edgard Germano Goebel¹⁷ narra uma história de morte por envenenamento.

(...) veneno e adubo ninguém conhecia e sabia trabalhar. Tinha um veneno que passava nas carreiras antes de plantar. O tal de *Furadã*. Era para os bichos. Era terrível. Como plantava com a mão, ele estava plantando. Às três horas, parou. Fez um palheiro¹⁸ e fumou. Bem sossegado; mas não lavou as mãos... De noite, estava morto.

Também se narram histórias a respeito de um pó utilizado para eliminar os pulgões. Jaciel Martins¹⁹ disse o seguinte:

(...) tinha uns venenos. O mais forte era posto nos canteiro, o Brometo. Se houvesse furo na lona e alguém cheirasse aquilo, estava morto. Depois tinha o *Furadã*, para lagarta. Depois o pó para as pulgas. Depois, mas isso bem depois, tinha o tal do 7,5. O nome certo eu não sei. Era em embalagem de vidro. Nós conhecíamos pelo nome de mata sete. Mas era só também. Para broto²⁰ não tinha veneno. Nem para o Amarelinho, nem para o Virgínia.²¹

16 Delfino de Oliveira. Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 24 de janeiro de 2014.

17 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de junho de 2014.

18 Cigarro de palha.

19 Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 20 de junho de 2014.

20 Veneno antibrotante.

21 Amarelinho foi a primeira variedade a ser plantada, depois veio o Virgínia que se estabeleceu e é plantado até hoje.

Ainda segundo os relatos, nos primeiros anos a nova cultura parecia não interferir no sistema de ajuda mútua dos faxinais, o puxirão – ou mutirão. Mas, como diz Rosenaldo, o fumo, era filho de um sistema de produção diferente e a antiga vida baseada em fortes laços de amizade começou a sofrer interferência. Conforme Delfonso de Oliveira

Não que não pudesse, mas fumo não era que nem milho, arroz, que espera. Tinha que colher no dia. Se atrasar dá prejuízo. Então era meio que cada um por si. Não dava para se ajudar, pois todo mundo colhia junto. Então, quando um terminava, todos terminavam.

Rosenaldo (2015) escreveu que o testemunho de Delfonso comprova que o fumo impossibilitou a prática do puxirão. Diz que “... se o fumo não o permitia em nenhuma de suas fases, desde os canteiros até o fim da classificação, e se levarmos em conta que esse tempo, no início, ia de junho a março do ano seguinte, sobravam apenas três meses para as atividades em grupo”. De qualquer modo, a entreajuda poderia realizar-se em épocas que não a da colheita como o preparo das roças e assim por diante. Pode ser que tal prática esteja mais vinculada à agricultura de subsistência e ao cultivo de alimentos e abate de animais.

O mesmo autor afirma que a prática do Puxirão continuou em alguns setores em atividades como as de viação.²² Segundo Arnaldo Rossa:

Aqui até mais ou menos 1986 tinha puxirão para fazer a viação. Depois tudo se combinaram de cada um fazer o seu (...). Depois do fumo acabou a união. O povo não vê, mas até os campos de futebol ninguém mais joga (...). Acabou a união e começou as disputas de quem tem mais e pode mais (...). A vida dos antigos ninguém quer mais (...).

Conforme o entrevistado, a vida em comunidade teve seus laços diminuídos com a introdução da fumicultura. Aqueles que estavam, há mais tempo, trabalhando com o fumo começaram, nos anos 1970, a comprar os primeiros automóveis como Jeepe, Rural e Fuscas, além de alguns adquirirem os primeiros tratores. Diz o faxinalense que afetou até mesmo a religião. Para ele as novenas diminuíram em número, principalmente aquelas que ocorriam durante a época das colheitas. Nesse período, os fumicultores estavam nas estufas cuidando do fogo, por exemplo, e não podiam ausentar-se. E não eram somente os homens que faziam tal serviço as mulheres e crianças tinham papel ativo na lavoura fumageira.

²² Viação era a limpeza das estradas e outros locais da comunidade, como o cemitério e a escola.

Rosenaldo diz que a reza de São Sebastião, realizada dia 20 de janeiro, no auge das colheitas foi atingida em cheio, pois o horário tradicional para a reza, quinze horas, estava comprometido para a colheita. Podemos dizer que a vida do faxinalense sofre modificações e que nenhuma forma ou estágio é o original. A cultura faxinalense está em constante modificação. As próprias entrevistas demonstram esta faceta dinâmica da cultura. Jaciel Martins argumenta que:

Continuamos plantando de tudo: milho, feijão, arroz, abóbora, batata-doce, tudo, tudo (...). Se não, não dava para viver, sem o milho ia tratar as criações com o que? Feijão e arroz eram caros para comprar. Para vender não (...). Então nós continuamos quase mais 30 anos, naquele mesmo tipo (...). Com a diferença que tinha o fumo para cuidar.

Podemos concordar com o exposto pelo autor que a lavoura de fumo possibilitou certa reinvenção dos faxinais, certa modernização dos faxinalenses. Pode-se dizer que “possibilitou aos faxinalenses continuar como faxinalenses, agora com dinheiro no bolso, de Fusca e Jipe na garagem e com porcos, vacas e cavalos nos criadouros”.

Referências bibliográficas.

CAMPIGOTO, José Adilçon. *Representações sobre cultura na região de Irati*. Irati, mimeo, 2008.

CAMPIGOTO, Jose Adilçon; SCHORNER, Ancelmo; NOVAK, Joceli. Festas e ritos, memória e diversidade cultural. In.: Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies. 2012. Disponível em <<http://www.thefreelibrary.com/Festas+e+ritos,+memoria+e+diversidade+cultural.-a032365850>> Acesso em 29/09/2015.

CARVALHO, Horácio. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba: 1984.

CARVALHO, Rosenaldo. *O desejo, o poder, a sedução: a introdução da fumicultura nos faxinais de Rio Azul, Rebouças e Imbituva - 1950-1970*. 2015. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste.

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: Fundação Instituto Agrônômico do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988 [1985].

DEUS, Cleber Candido de. *A aplicação das alternativas penais aos usuários ou dependentes de drogas: repercussões quanto ao acesso à justiça*. Dissertação de mestrado – Serviço Social- PUC Porto Alegre 2013.

LITTLE, Paul. Elliot. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política*. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná*. Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

MEIRA, Antonio Michel Kuller, VANDRENSSEN, José Carlos e SOUZA, Roberto Martins de. *Mapeamento situacional dos Faxinais no Paraná*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Maná*, 4(1):47-77, 1998.

SOUZA, Roberto Martins de. *Mapeamento social dos Faxinais no Paraná*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. *A ‘rua’ e o ‘nosso lugar: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta*. In: ZHOURI, Andréa. *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamentos ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.